

Colonialidade do Saber, Poder e Ser: um ensaio sobre a idosa marajoara, a cidadania, os silenciamentos e suas memórias

Colonialidad del Saber, Poder y Ser: un ensayo sobre la mujer anciana en el Marajó, ciudadanía, silenciamiento y sus memorias

Coloniality of Power, Knowledge and Being: an essay on the elderly woman from Marajó, citizenship, subalternity and her memories

Rodolfo Cunha Barbosa

Ana Maria Smith-Santos

Pâmela Beatriz Ferreira Pelegrini

Resumo: A Modernidade/Colonialidade, fenômeno no qual sobrevivem aspectos subjetivos do extinto Colonialismo no “Sul” global, silencia e subalterniza grupos e sujeitos alheios à sua dinâmica. O artigo objetiva desenvolver um ensaio sobre as memórias de mulheres idosas da Ilha do Marajó, articulando uma discussão que abrange os eixos de Modernidade/Colonialidade, decolonialidade de gênero, cidadania, participação social e políticas públicas. Os relatos apresentados foram extraídos da tese de doutorado de uma das autoras e de entrevistas realizadas no decorrer de projetos de extensão desenvolvidos junto a idosas atendidas pela política de assistência social do município de Breves (Pará). Discutindo sobre o lugar socialmente ocupado por mulheres idosas após o advento da Modernidade, evidenciou-se, com a pesquisa, que as mulheres idosas em questão constroem trajetórias de (re)existências, “bordas e agências” (SMITH-SANTOS, 2019).

Palavras-chave: Decolonialidade. Memória. Envelhecimento e gênero. Cidadania. Marajó.

Resumen: Modernidad/Colonialidad, fenómeno en el que aspectos subjetivos del colonialismo extinto sobreviven en el "Sur" global, silencian y subordinan grupos y sujetos ajenos a su dinámica. El artículo tiene como objetivo desarrollar un ensayo sobre la memoria de las ancianas de Marajó, articulando una discusión que abarque los ejes de Modernidad/Colonialidad, descolonialidad de género, ciudadanía, participación social y políticas públicas. Los informes presentados fueron extraídos de tesis doctoral de una de las autoras y de entrevistas realizadas durante proyectos de extensión desarrollados con mujeres ancianas asistidas por la política de asistencia social del municipio de Breves (Pará). Discutiendo el lugar socialmente ocupado por las ancianas después del advenimiento de la Modernidad, se hizo evidente, con la investigación, que las ancianas en cuestión construyen trayectorias de (re)existencias, “fronteras y agencias” (SMITH-SANTOS, 2019).

Palabras clave: Decolonialidad. Memoria. Envejecimiento y género. Ciudadanía. Marajó

Abstract: Modernity/Coloniality, a phenomenon in which subjective aspects of extinct Colonialism survive in the global "South", has silenced and subordinated groups and subjects alien to its dynamics. The article aims to develop an essay on memories of elderly women from Marajó Island, articulating a discussion that covers the axes of Modernity/Coloniality, gender decoloniality, citizenship, social participation and public policies. The reports presented were extracted from the doctoral thesis of one of the authors and from interviews carried out during extension projects developed with elderly women assisted by the social assistance policy of the municipality of Breves (Pará). Discussing the place socially occupied by elderly women after the advent of Modernity, it became evident, with the research, that the elderly women in question build trajectories of (re)existences, “borders and agencies” (SMITH-SANTOS, 2019).

Keywords: Decoloniality. Memory. Ageing and gender. Citizenship. Marajó.

Rodolfo Cunha Barbosa – Graduando da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB). Bolsista PIBEX/2020. E-mail: rodolfocbarbosa29@gmail.com

Ana Maria Smith-Santos – Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (CUMB/UFPA). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Assistente Social pela UFPA. E-mail: anasmiths@ufpa.br

Pâmela Beatriz Ferreira Pelegrini – Graduanda da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB). Bolsista EIXO TRANSVERSAL/2020. E-mail: beatrizfpelegrini@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver um ensaio sobre as memórias de mulheres idosas marajoaras, articulando uma discussão teórica que abrange os eixos de Modernidade/Colonialidade, decolonialidade de gênero, cidadania, participação social e políticas públicas. Buscamos apreender, interpretar e discutir registros de memórias à luz de diferentes questões que se encontram incidindo na sociedade moderna sobre o viver de mulheres idosas marajoaras, formulando também discussões com eixos característicos do pensamento decolonial, como representações sociais de silenciamento e subalternidade que foram construídas na colonização da América Latina e ainda hoje se apresentam, tendo sobrevivido ao fim dos tempos do colonialismo, e manifestando-se ainda cotidianamente de forma subjetivas em diversas dimensões da vida humana.

Teóricos cruciais como Walter D. Mignolo e Anibal Quijano desenvolveram nos últimos anos, por meio do grupo de estudos denominado “Modernidade/Colonialidade”, um debate de caráter sócio-histórico e interdisciplinar no sentido de desmistificar um conjunto de relações que foram construídas junto aos processos de colonização do continente denominado como América. Suas reflexões evidenciam que a sociedade é marcada por relações de exploração e de poder fincadas no racismo, na subalternização de colonizados, além do silenciamento de culturas, de memórias, das práticas e saberes de minorias, tendo tais traços fundados à essência do pensamento moderno e eurocêntrico.

A construção da Modernidade, na leitura decolonial, se deu através de um preço, que não foi pago por aqueles que colonizaram, mas pelos sujeitos que por eles foram alcunhados como os “outros”, sujeitos principalmente de descendência indígena e negra, no versar dos teóricos primordiais, mas também considerando as relações de gênero, nas considerações de pensadoras feministas decoloniais que também desenvolvem temáticas relacionadas ao citado grupo de estudos, tais como Rita Segato e especialmente Maria Lugones. Tais autoras, ao reconstituir algumas considerações formuladas nos inícios dos estudos decoloniais, evidenciaram algumas oportunidades de debate no que se refere ao lugar dado ao gênero em interrelação com concepções raciais.

Em consonância com essa discussão, buscamos também traçar um debate com base em autores que discutem questões referentes à sabedoria, conhecimento, participação social e representatividade em espaços de decisão, dentro da sociedade contemporânea, que têm na base de sua construção este caráter de colonialidade, seja no poder, no saber ou no ser, entre diferentes sujeitos e grupos sociais.

Consideramos que, ao recorrermos a estas considerações, torna-se possível estabelecer ligações com a visão da sociedade e do Estado sobre a mulher idosa, sobretudo em relação ao contexto marajoara, lócus do estudo e da atividade de extensão desenvolvidos pelos autores deste texto. Partimos da compreensão de que há indícios de subalternidade e silenciamento na vida das mulheres idosas do Marajó-PA, mais especificamente da cidade de Breves-PA.

Foi por meio das narrativas de suas memórias que se evidenciou como se deu a relação das interlocutoras com as políticas públicas de seu município. Suas considerações denunciaram as suas exclusões em diferentes espaços da sociedade, pelo fato de estarem na condição de mulheres, atoras sociais pertencentes a grupos historicamente posicionados nas *bordas*¹, por serem idosas, negras,

¹ Termo debatido na tese de doutorado de Smith-Santos (2019, p. 32), na qual explicita: “Estou considerando, a partir deste estudo, que as *bordas* são dadas por inúmeras práticas, ações, silenciamentos, imposições sociais, condições materiais e falta de acesso à determinadas políticas públicas. [...] Os silenciamentos destinados às muitas mulheres, bem como as relações de subalternidades, foram percebidos, implícita e explicitamente, em meio a tantos desrespeitos e ceticismo referentes aos direitos das mulheres no Brasil”.

portadoras de ancestralidade ribeirinha e afroindígena. Seus relatos contribuem para perpetuar um cabedal infinito de agências e memórias ligadas a processos de migração, (re)existências, enfrentamentos, manifestações culturais e reprodução da existência.

A metodologia utilizada para a construção deste escrito aderiu uma perspectiva relacional e interdisciplinar. Procedeu-se primeiramente com uma pesquisa bibliográfica que buscou abranger a formação social dos povos da América Latina através do Colonialismo e a perpetuação de traços dessa estrutura social nas vivências protagonizadas hoje pelas mulheres idosas, mais especificamente amazônicas, negras ou afro-indígenas. Para que pudéssemos ampliar nosso norte de discussão, também realizamos entrevistas semiestruturadas, as quais nos permitiram captar relatos das mulheres interlocutoras da pesquisa, aliada à análise e discussão de outros relatos que já haviam sido colhidos na construção da tese de doutorado de Smith-Santos (2019), coautora do presente escrito. Com base nisso, foi possível refletir, de modo teórico e empírico, sobre a vivência de mulheres que empreendem no seu cotidiano processos contínuos de (re)existência e *agências*; que lhes permitem reproduzir sua existência frente a um cenário que a elas relegou a figura de ser o “outro”, como mulheres que não se situam dentro da lógica moderno ocidental.

Os diálogos traçados junto às idosas participantes desta pesquisa se deram nas ocasiões de ações extensionistas de projetos pertencentes à Faculdade de Serviço Social (FACSS) do Campus Universitário do Marajó-Breves-PA, da Universidade Federal do Pará (UFPA), referentes às Memórias de Idosos no Marajó, tendo como eixos centrais a valorização de saberes, a interpretação e estudo em caráter antropológico e da História Oral sobre trajetórias de vida marcadas pelo contato ou pela ausência da abrangência de políticas públicas, bem como as dificuldades enfrentadas por mulheres idosas no acesso a recursos básicos, como, por exemplo, água tratada para o consumo. É oportuno mencionar ainda sobre tais projetos o desenvolvimento de um eixo que busca, por meio de atividades audiovisuais, como o cinema e a fotografia, apreender histórias e memórias dos sujeitos idosos e suscitar a discussão de políticas públicas, exercício da cidadania e o direito ao envelhecimento junto aos idosos que frequentam os serviços públicos da Assistência Social do município lócus da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas e observações simples permitiram entender como se dá a vivência cotidiana das sujeitas idosas, além de compreender parte de suas perspectivas sobre ser e resistir na realidade. O embasamento teórico alcança as contribuições de Maria Lugones e Rita Segato, autoras de grande relevância nos Estudos Decoloniais, principalmente na área de gênero e raça. Recorremos também às colocações de Walter Mignolo para o debate acerca das relações de poder e subalternização herdadas dos processos de colonização dos povos do Sul.

Deste modo, aliando a pesquisa bibliográfica relacionada aos eixos como a colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero, nos ocupamos na tentativa de traçar elos com o campo de Estudos do Envelhecimento, para que, através de interpretação de relatos de sujeitas que o vivenciam, pudéssemos trazer o debate sobre subalternização, cidadania e a perpetuação de modos “outros” de viver; que se posicionam na contramão da lógica metonímica moderno-ocidental e eurocêntrica, pois este *pensar e existir nas bordas* é o que revela a força contida em mulheres que lutam, rememoram, reconstróem cenas do passado e marcam seu espaço na sociedade de hoje.

Este trabalho se subdividirá em cinco seções de discussão, a contar com a presente Introdução, sucedida de um capítulo articulador dos eixos de decolonialidade e relações de gênero, uma seção seguinte tocante às discussões entre geração, saberes, modos de vida e cidadania, bem como

uma seção que evidencia os relatos colhidos junto às idosas interlocutoras da pesquisa, seguido pelas Considerações Finais.

1. Decolonialidade e Gênero: um debate sobre a construção da Modernidade no “Sul Global”

O pensador decolonial Walter D. Mignolo (2017) caracteriza a Colonialidade como “o lado mais escuro da modernidade”, tratando do processo de construção da América sob as diretrizes da colonização europeia, e neste processo introjetou-se aos povos originários a marca de ser o “outro”, ou seja, serem o grupo não reconhecido em suas práticas, saberes e relações sociais enquanto parte de um cânone que o próprio colonizador inventou, com base na ideia de raça.

A Colonialidade, então, pode ser entendida, com base nos autores do grupo latino-americano de estudos Modernidade/Colonialidade, como um conjunto de processos de caráter subjetivo que continuam a se manifestar em nossas relações contemporâneas, sendo uma herança que contraria a ideia de que estariam absolutamente extintas as marcas de um regime colonial. Sabe-se que oficialmente o período histórico conhecido como “Colonialismo”, característico dos projetos de colonização de metrópoles do autointitulado “Velho Mundo” sobre as colônias do também por elas denominado de “Sul Global”, considera-se como ultrapassado. No entanto, relações de caráter colonial se manifestam, segundo os pensadores fundantes do grupo Modernidade/Colonialidade, em diversas dimensões da vida humana, sendo elas, primordialmente, o poder, o saber e o ser

O pensamento da Modernidade supõe a superação de padrões de poder fundados pela dominação colonial, em diversos âmbitos da vida social. A Colonialidade é a representação de que esses padrões não foram superados, e continuam sendo perpetuados pelo apagamento que a universalização de práticas e conceitos que a modernidade traz. Os pensadores da Colonialidade buscam identificar, informar e criticar esses padrões de dominação que continuam presentes nas relações sociais, políticas, ecológicas, internas e internacionais, fundadas pelo sistema-mundo moderno. A modernidade está ligada à colonialidade, e não pode existir sem que esta exista (DIAS, 2014, p. 3-4).

No entanto, também se encontra imbricada nestas relações de subalternização historicamente construídas entre as figuras de colonizador e colonizado o que posteriormente pensadoras feministas decoloniais, a partir do pensamento de Maria Lugones, denominam como “Colonialidade de gênero”, reparando alguns elementos apontados nas teorizações primordiais referentes às manifestações da Colonialidade. Walter D. Mignolo cita questões relacionadas à dominação na esfera das relações de gênero, como se pode notar em seus escritos sobre a obscuridade trazida pelos processos de construção da modernidade na América, ao anotar:

Uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais [...]. Um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher” [...]. (MIGNOLO, 2017, p. 11).

As considerações traçadas por Maria Lugones (2014) explicitam de forma mais acentuada que as dimensões de gênero citadas pelo primórdio do pensamento decolonial de certa forma deixaram às escuras, quanto ao gênero feminino, a ideia de raça que foi debatida como fator essencial na compreensão dos processos de Colonialidade. Porém, como situa Lugones (2014), não se trata de eleger alguma primazia para as questões de gênero ou raça na abordagem do pensamento decolonial, mas, sim, de trazer à tona a existência de um entrecruzamento entre tais questões quando se analisa o processo de construção da Modernidade/Colonialidade – ideias que não podem ser dissociadas e consideradas de forma isolada uma em relação à outra.

Lugones (2014) versa que, inicialmente, as teorias decoloniais não davam evidências de como estava implicado o gênero nestas relações de poder, buscando tornar nítido o lugar do gênero na discussão traçada pelo grupo. Conforme Dias (2014, p. 2), Maria Lugones “acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade, do ser, do poder e do saber [...] e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade”.

Desta forma, aos preceitos básicos relacionados à manifestação do legado social colonial, o poder, o saber e o ser, foi adicionada, a partir de Lugones, a dimensão da colonialidade de gênero. Evidencia-se, por seu pensamento, como foram utilizadas as concepções de gênero dentro destes processos de silenciamentos das sujeitas compreendidas pelo europeu como sendo o “outro”. Foram varridas identidades diversas, fazendo com que, subjetivamente, o colonizado carregasse para si a ideia de que viver conforme os padrões da modernidade seria a única alternativa válida e possível. Ainda nas palavras de Dias (2014, p. 12),

É importante também para fazer-se uma reflexão sobre as sociedades atuais, para compreender o quanto de colonial ainda existe nessas sociedades, o quanto esses conceitos são naturalizados e até que ponto as crenças e sistemas atuais são realmente válidos e livremente construídos.

Visa-se, portanto, compreender como estes processos são reproduzidos na contemporaneidade de nossas relações, enxergando como a colonialidade manteve também como um de seus legados o patriarcalismo nas relações de gênero, o qual, para Lugones (2012 *apud* DIAS, 2014, p. 12) só se faz possível de ser desconstruído quando se decoloniza o ser e o saber, com base nos postulados do feminismo decolonial. Deste modo, entende-se que a desconstrução da colonialidade do gênero tem estrita ligação com processos de (re)existência praticados por mulheres na sociedade atual.

De acordo com Gomes (2018, p.77), falar sobre a categoria gênero em uma análise decolonial significa visualizar que o ideário social sobre o gênero “foi construído no performativo da Colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção”, ao que consideramos pertinente somar o ato de tratar sobre processos de (re)existência a esta Colonialidade através das práticas cotidianas do viver.

2. Geração, Sabedoria e Cidadania: considerações sobre a mulher idosa

A construção da Modernidade/Colonialidade, à medida que deixa marcas latentes ainda hoje na sociedade quanto às relações sociais anteriormente citadas referentes a origens, identidades e gênero, relega também (em um nível mais geral) à subalternização a sabedoria dos sujeitos da terceira idade. É aqui que se localiza nossa tentativa de traçar o elo entre os eixos de decolonialidade e gera-

ção, visto que a Colonialidade é intrínseca à Modernidade, processo que gerou consequências que se projetam nas questões de raça, gênero e classe pela marcha da colonização; e da mesma forma, com a construção e um cânone moderno ocidental e científico de razão, tomando-a como único padrão possível nas linhas abissais de poder, promoveu-se uma separação dos elos que ligavam o saber dos idosos ao que era considerado como conhecimento.

Nas palavras de De Paula (2016, p. 262), “a partir da modernidade, os laços que uniam conhecimento, sabedoria e velhice foram se perdendo com o tempo, à medida que o capitalismo avançava”. Nesse sentido, entendemos que o processo de construção da modernidade, que significa também a consolidação do capitalismo, irradia suas consequências sobre a questão da geração, visto que a valorização da ciência eurocêntrica como padrão promoveu uma invisibilização do que outrora era, em várias sociedades, concebido como conhecimento válido: a sabedoria dos mais velhos como experiência de vida.

Simultaneamente à opressão e gênero, a qual Laura Segato (2012, p. 108) aponta ter se intensificado com a modernidade, ao anotar que “a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões”, vemos caracterizar-se nesse período histórico uma opressão e a impossibilidade de figurar como aceito pela estrutura social hierárquica o saber da pessoa idosa.

Adentrando um pouco mais na discussão traçada por De Paula (2016), observa-se que na contemporaneidade já não há uma expressiva associação dos idosos com a concepção e sabedoria, além de que, embora os avanços na ciência e prevenção à saúde tenham permitido que a expectativa de vida subisse e continue em ritmo crescente, configura-se uma problemática ao termos um quadro social no qual a pessoa idosa vive por mais tempo; entretanto isso não significa que viva de uma forma melhor, acontecendo, na verdade, o contrário em muitos casos. “Atualmente, os idosos já não são associados à sabedoria e alguns indicadores sociais sugerem que, embora vivam mais tempo, a população idosa vive pior” (DE PAULA, 2016, p. 262). Tal quadro diverge, inclusive, da tendência histórica de que a sabedoria sempre esteve ligada à “busca da melhor maneira possível de viver”, seja consigo mesmo ou com os outros.

A modernidade vem trazer a quase impossibilidade de qualquer sabedoria, mesmo na idade avançada. Na modernidade ocorre algo inquietante no campo do saber. A entrada em cena do conhecimento científico vai determinar uma separação que antes não havia: a separação entre conhecimento e erudição, de um lado, e sabedoria, de outro, sendo que esta ocupará agora um lugar muito menor no universo cultural. (DE PAULA, 2016, p. 269).

Faz-se necessário reafirmar que todo este processo não teve apenas bases epistêmicas e filosóficas no campo do saber, mas também forte base no campo econômico, uma vez que o advento do capitalismo moderno passou a dar prestígio ao conhecimento apenas “na medida em que pode contribuir para o ‘progresso’, para o desenvolvimento do capital.” (DE PAULA, 2016, p. 271).

As consequências deste processo foram a configuração de um quadro cada vez maior de exclusão social, que afetou, simultaneamente, vários segmentos sociais, dentre os quais destacamos a mulher idosa. Conforme discute Bilac (2014), nossa sociedade ainda se faz carregada de concepções errôneas sobre o envelhecimento, tendo trocado sua associação com a sabedoria pela representação de invalidez, de doença, de solidão e de improdutividade, cujo senso comum aplicado

sobre eles é da imagem de “peso social”. Complementando essas considerações, Silveira e Nader (2014, p. 3) visualizam que esta representação sobre a velhice tem fortes raízes na constituição da globalização do sistema capitalista, “marcado pela instantaneidade e descartabilidade”.

Scott (2010, p. 16) pontua que “Gênero e Geração [...] implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes”. A discussão de políticas públicas e cidadania evidencia um campo onde se pode relativizar a presença da equidade. Seus avanços e recuos estão embasados ao atendimento de interesses sociais diversos. Dependendo do grupo social no qual se localiza um ser, isto pode até mesmo se caracterizar com um fator de estímulo à negação de sua própria condição de ser, devido às implicações trazidas pelo cotidiano. Não raro é em nossa sociedade o fato de que idosos sejam relutantes em reconhecerem a si próprios como integrantes deste grupo etário ou portadores de tal alcunha, dado que percebem a maneira desmoralizadora com que a sociedade frequentemente trata o sujeito que se encontra na velhice.

Nessa perspectiva, podemos compreender que, além da já existente visão diferenciada direcionada à geração idosa, dentro desse recorte ainda se visualizam diferentes papéis sociais entre homens e mulheres relacionados ao acesso a recursos, acesso a emprego, educação, moradia e renda, além da autonomia decisória. Considerando este panorama desigual, Nunes-Rocha (2010, p. 149) afirma que

as mulheres brasileiras [...] se ao mesmo tempo demandam políticas públicas universais, relativas ao acesso à saúde, educação, justiça, trabalho, entre outras esferas; há também que se considerarem as especificidades de cada segmento feminino, como por exemplo, para as mulheres negras [...], idosas. Políticas universais e políticas específicas ou setoriais não são contraditórias como muitos assim as definem; ao contrário, interagem e se complementam.

Podemos visualizar um cenário relativo quanto ao pleno exercício da cidadania e acesso a direitos através das políticas públicas, visto que estas, ao longo de seu desenvolvimento no Brasil, caracterizam-se, no versar de Mattei (2012), por permanecem concentradas aos interesses de uma parcela da população. Ferreira, Leeson e Melhado; (2019, p. 2) suscitam que, devido ao crescimento populacional e o aumento da longevidade, a questão da velhice fez com que surgissem “desafios e dilemas às políticas públicas”. Considerando que as mulheres idosas são um grupo social que demanda políticas públicas específicas, nos cabe questionar qual é o lugar dado a este grupo no que tange ao direcionamento de políticas pelo Estado.

Conforme Motta (2011, p. 14), a sociedade delega às mulheres mais jovens o exercício dos papéis mais dinâmicos e socialmente esperados, afirmando ainda que as políticas sociais mais básicas – relativas à educação, trabalho, saúde, proteção à violência – são pensadas primordialmente para a mulher jovem, visualizando relações de gênero em um caráter limitado, tendo como base apenas a dimensão patriarcal. Diante disso, a autora busca evidenciar que “as velhas também existem”, e sua existência contemporânea contraria muitos dos estereótipos socialmente criados sobre elas e sobre as gerações anteriores. Reforça ainda o caráter heterogêneo, multifacetado e plural do termo “mulher idosa”, pondo em foco as diferenças entre idosas “pobres, ricas e remediadas; brancas pretas e pardas; mais velhas, menos velhas, conservadas; bem femininas, ou, até, parecendo homens” (MOTTA, 2011, p. 2). Oferece um destaque para os conceitos de gênero e geração como

elementos fundantes de sociabilidades, nas quais estão imbricadas relações de poder, dominação e subordinação. A condição tradicionalmente dada à mulher, ainda segundo a mesma autora, tem como características:

Domesticidade e repressão social e sexual, desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, desigualdade de formação e de condições de trabalho em relação às dos homens, negação aparente de interesse e capacidade para a política e uma apropriação social do seu corpo expressa no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas. Em resumo, a expectativa obrigatória de uma feminilidade que significava obediência e conformismo. (MOTTA, 2011, p. 2).

Compreende-se, assim, ser este o padrão orientador da vida das mulheres que hoje são idosas, sobretudo nas relações sociais construídas pela modernidade no chamado “Sul Global”. Diante de um cenário que herda tantas desigualdades, outros autores contribuem com o debate de como se configuraram as políticas públicas referentes a intersecções de gênero e geração, sem deixar de levar em conta o recorte étnico-racial, que também se localiza num expressivo quadro de desigualdades em nosso tempo. Essas considerações também evidenciam que se trata de um cenário de lutas, avanços e recuos, pois coexistem olhares que se voltam à emancipação em simultaneidade com as marcas desiguais que a modernidade instalou sobre direitos, cidadania e participação social.

Avançando nesse sentido, tomamos como base algumas proposições de Bilac (2014), ao anotar que, para que houvesse uma preocupação maior com o processo de envelhecimento dentro das políticas do Estado Brasileiro, foram necessárias pressões da sociedade civil, visto que, por muito tempo, tais questões estiveram alijadas de um caráter social mais amplo, relegadas aos âmbitos específicos da saúde e da Previdência Social. Desse modo, destaca a autora que, de modo geral, “apesar das políticas sociais de atenção às pessoas idosas brasileiras assegurarem as necessidades básicas e a proteção dos direitos humanos, elas não foram eficientemente aplicadas” (BILAC, 2014, p. 67).

Frente a isso, as lacunas que marcam o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil para este grupo social deixam sobreviver traços de vulnerabilidade social e processos de discriminação historicamente herdados. A mulher idosa sofre diversas discriminações simultaneamente, seja por sua idade, por seu gênero, por sua classe social ou por sua raça. Assim, junto a questões de vulnerabilidade, observamos, com base em Renk, Badalotti e Winckler (2010, p. 378), que as formas de violência que recaem sobre mulheres idosas são percebidas em diversos contextos, como o “cerceamento e vigilância estrita em relação às viúvas, com restrição e pressão familiar visando impedimento de estabelecer novo casamento”; e questões de ordem de alienação de benefício econômico, pois “O direito à aposentadoria [...] tornou-se o mecanismo de exploração de muitas mulheres” (RENK; BADALOTTI; WINCKLER, 2010, p. 378).

Ainda nos direcionando a processos discriminatórios quanto aos modos de vida e práticas sociais de mulheres idosas, cabem as colocações de Pereira e Lozano (2012, p. 590) afirmando que no contexto amazônico, em diversos momentos, “o trabalho da mulher não é reconhecido, apesar de fundamental dentro da organização familiar”, pois algumas mulheres são vistas de maneira como se estivessem “apenas ‘ajudando’ seus maridos ou seus pais”, demonstrando uma visão machista que se nega a visualizar os papéis desempenhados pela figura feminina e idosa em diversos espaços, tais quais os afazeres domésticos.

Voltando à reflexão sobre a problematização das políticas públicas direcionadas à mulher idosa, evidencia-se que este campo, assim como o dos direitos para as mulheres, são também arenas de lutas por espaços de poder (OLIVEIRA, 2012). As estratégias de participação feminina tornam-se combates árduos “contra a hegemonia do poder masculino que impera na sociedade brasileira, ainda patriarcal, neoliberal e racista” (OLIVEIRA, 2012, p. 123). Reforça-se, dessa maneira, que sendo a estrutura opressora de gênero fundada no Estado, é relativizado o lugar das políticas para mulheres, visto também derivarem da mesma estrutura.

Caracterizando o estado do Pará, Oliveira (2012) aponta a existência de um expressivo número de mulheres chefes de família, o que demanda geração de políticas voltadas ao trabalho e renda. As chefes de família geralmente lidam com a falta de acesso a crédito, titulações de moradia e terra, dificuldades no acesso à água, além da divisão sexual do trabalho, que é ainda um entrave para o exercício da cidadania das mulheres amazônicas. Nesse sentido, “a mulher é sujeito importante e estratégico na implementação de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2012, p. 125), visando também uma assistência social que viabilize sua autonomia frente à vulnerabilidade social. Questionando sobre o futuro das mulheres ao precisarem da Previdência Social e da aposentadoria, Oliveira (2012, p. 136) aponta esses fatores como “relevantes para a implementação de políticas públicas”.

Ao visualizar este cenário dinâmico que abriga uma série de lutas por direitos e cidadania, frente ao quadro ainda desigual que marca as vidas de mulheres idosas, podendo pensá-los na realidade amazônica, é possível traçar conexões com a importância de evidenciar as narrativas das sujeitas que vivenciam historicamente o desenrolar das subalternizações até aqui retratadas. Somado a isso, ao trazer seus relatos, trajetórias de vida e memórias relacionadas à cidadania, à participação e à presença nos diversos espaços sociais, desenvolvendo diferentes práticas, relacionadas ao trabalho, educação, acesso a recursos, lazer, dentre outros eixos, significa também evidenciar os outros modos de vida, que muitas vezes podemos caracterizar como “processos de (re)existência”, pois trazem, além de uma história de *bordas e agências*,² a perpetuação de seus saberes, suas culturas, suas concepções sobre a vida, suas crenças e práticas ancestrais. Todo este conjunto de elementos é o que forma o cabedal infinito da memória das mulheres idosas marajoaras. Tomando como metodologia a coleta de relatos com mulheres idosas marajoaras, podemos reforçar que a cultura intergeracional se retroalimenta, destacando-se aí a cultura da conversa. Neri e Oliveira (2018, p. 667) explicam que esta cultura tem a ver com o “saber experiencial aprendido no cotidiano social, através da oralidade”, sendo elo de perpetuação das diferentes gerações, expressando e transmitindo vivências, saberes, valores e hábitos, enraizando culturas. Suas memórias sobre o trabalho, quando nos permitem visualizar a realização de funções igualmente atribuídas a homens, contrariam o “discurso biológico que associa a anatomia do corpo feminino a uma insana fragilidade física”, realizando atividades “consideradas masculinas” para sobreviver (OLIVEIRA, 2018, p. 668-669).

Ademais, o fato de o pensamento decolonial em sua essência nos deixar cientes de que o preceito fundamental sobre o qual se fundou a Colonialidade foi a ideia da raça, tal qual advoga o grupo Colonialidade/Modernidade,³ já nos pareceria bastante para enveredar, no recorte de nossa

² O termo *agência* também foi empregado na pesquisa de tese de Smith-Santos (2019, p. 35): “a *agência* que me refiro está relacionada à resistência, às vezes planejada, outras vezes realizada em virtude de se proteger de determinados posicionamentos da sociedade local, ou mesmo da sua família, bem como para se resguardar das diversas violências vividas no âmbito familiar.

³ Segundo Barbosa e Maso (2014), este grupo é formado por intelectuais, em sua maioria, latino-americanos. Em 2002, Arturo Escobar batizou o grupo com este nome.

pesquisa, também pela questão étnico-racial ao discutir sobre mulheres idosas, sobretudo no contexto amazônico, atravessado por uma ancestralidade de identidades afro-indígenas.

Cabe-nos reforçar mais nitidamente a justificativa para este direcionamento. Assim, destacamos que, para Lugones (2014, p. 935), “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis”. E, por isso, afirmar uma análise sobre mulheres negras, fazendo uma intersecção de gênero e raça, somando-se aqui ao recorte geracional cujo elo aos demais eixos visamos, além de se contrapor e este caráter separador inerente à Modernidade, evidencia e denuncia, justamente nessa intersecção, “a ausência das mulheres negras” (LUGONES, 2014, p. 935) nos escritos de influências eurocêntrica. Tal contraposição permitiu a Lugones direcionar seu olhar a organizações sociais que resistem e enfrentam a lógica da Modernidade capitalista, e é neste mesmo sentido que buscamos, neste texto, evidenciar os saberes e memórias relativas às trajetórias de vida de mulheres idosas marajoaras, sobretudo negras ou afro-indígenas, visualizando experiências “outras” que evidenciem (re)existências firmadas por bordas e agências.

3. Narrativas de Memórias e Saberes: o retrato do silenciamento

As experiências vivenciadas por mulheres idosas marajoaras são importantíssimas para identificarmos e reconhecermos as suas contribuições para a história do espaço onde vivem e resistem, bem como para retratar as diversas nuances dos silenciamentos e subalternidades das quais são alvo. Para este artigo, selecionamos relatos de duas mulheres idosas participantes de Projetos de Extensão atuantes Campus Breves da Universidade Federal do Pará, e relatos de duas mulheres idosas cujas entrevistas se deram na construção da tese de Smith-Santos (2019). A escolha ocorreu levando em consideração o fato de serem elas mulheres idosas negras, e por suas falas suscitarem fatos relacionados aos silenciamentos e violações de direitos⁴.

A dinâmica de organização dos Projetos de Extensão foi pensada de maneira a articularmos momentos culturais com debates a respeito dos direitos e experiências de vida, numa tentativa de trabalhar com as narrativas de memórias inerentes às vivências no município lócus da pesquisa. Na primeira atividade, que denominamos de “Tarde de Cinema”, reunimos em torno de 60 idosos participantes do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do município de Breves. Ao final da exibição de um vídeo e de uma mostra de fotografia sobre lugares públicos antigos, abrimos espaço para a escuta dos idosos. Tanto as mulheres quanto os homens foram ouvidos, e nos relataram com nostalgia as lembranças dos tempos em que eram jovens, sua ligação com o município, sobre as famílias ou empresas com as quais mantinham relação empregatícia, as escolas e os espaços mais frequentados nos tempos das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Através desses relatos, conseguimos identificar algumas relações de exploração da mão de obra feminina e o descaso do Poder Público com as necessidades das mulheres. D. Serafina, de 70 anos, rememora as dificuldades que os ribeirinhos tinham para acessar os serviços médicos, em uma declaração proferida no decorrer de entrevista realizada em atividade dos Projetos de Extensão:

Eu lembro, assim, que a gente morava em Corcovado...⁵ eu, desde criança sou de lá. Então, quando a gente vinha... todos os portos, tinha locais aí, onde todo mundo saía... era que encostava aqueles barquinhos. As pessoas que tinham

⁴ Os nomes das idosas são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

⁵ Localidade do meio rural de Breves.

recurso é que tinham um motor [...]. Então, encostava tudo no porto municipal [...]. Eu tenho muitas pessoas que, quando vinham nos barcos, tinham bebê dentro dos barcos, porque não dava tempo de chegar aqui no hospital. Quando, também, a minha cunhada teve dois [filhos] dentro do barco e um perto da prefeitura. Não deu tempo de chegar no hospital. Tinha que pegar a maca [...] carregar e levar lá pro hospital. Essa [foto] aí, que me lembro (D. SERAFINA, 2019).

Nesse depoimento, nota-se que a ausência do Estado em promover política pública de saúde é sentida com mais frequência pelas mulheres devido necessitarem do atendimento pré-natal e durante o parto. Isso mostra a falta de estrutura no hospital e, ao mesmo tempo, a não sensibilização das gestões públicas quanto aos problemas pelos quais as mulheres marajoaras mais sofriam e ainda hoje estão expostas. Tanto nas localidades mais distantes quanto nas mais próximas do núcleo urbano, é visível o não atendimento adequado para o pré-natal, e, nos partos, nesses casos, as mulheres são obrigadas a realizarem deslocamentos para locais com mais estruturas, como os centros urbanos mais próximos de suas residências.

Num outro relato colhido durante a atividade de extensão, D. Madalena, de 82 anos, refere-se aos tempos em que se mudou para Breves, sendo chamada por uma família de bons recursos materiais no município; e o agravante desta situação é devido ter sido recrutada ainda na infância.

Eu era empregada na casa do pai do seu Giuliano, do Vitor. Eu era ama do filho dele. Aí, nós vínhamos buscar água aqui na frente do hospital velho. Aí, tinha outros moradores, tinha a outra rua. Tinha os funcionários. [...] Quando dava 9h, eu fazia merenda pro menino e eu vinha trazer aqui. Todo dia, a gente vinha buscar água aqui na frente. Era só uma torneira que tinha. Aqui [apontando para a foto], era em fileira de baldes. Aqui saia muita confusão do pessoal por causa de água... um botava o balde, outro tirava... aí, eu tinha 11 anos. Às vezes, quando eu terminava do trabalho, eu me lembrava da água, aí, a outra empregada, a gente trabalhava só numa casa, eu era babá e ela trabalhava na casa... aí, a dona Selma era empregada não lembro aonde⁶ (D. MADALENA, 2019).

D. Madalena é uma idosa negra; seu relato nos remete ao debate de raça e gênero para a compreensão dos porquês sobre os processos de exploração de mão de obra serem mais agravantes para as meninas negras, como foi o seu caso. Nesse sentido, Smith-Santos (2019) cita Marta Machado e Márcia Lima ([s.d.], p. 2).

De fato, as autoras remetem a necessidade de ao interpretar a exploração de mulheres negras nos trabalhos domésticos, é preciso ter a compreensão deste ‘conjunto de questões’ em torno da raça, de gênero e da diferença de classes que produzem ‘efeitos sociais e históricos, em especial para as mulheres negras, ocupantes “privilegiadas” desses postos de trabalho’. Quanto às empregadas domésticas que residem no emprego, há outros aspectos apontados pelas autoras: ‘a falta de limites entre local de trabalho e casa; entre público e privado; entre relação patrão-empregado e a construção de afetos em relações tão desiguais’. (MACHADO; LIMA, [s.d.], p. 2, *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 175).

⁶Todos os nomes citados pela interlocutora foram alterados para preservar o sigilo da identidade.

No caso de D. Madalena, em seu relato, é possível identificar o problema de se demandar responsabilidades a uma menina para cuidar de outra criança; e o fato de ser uma criança negra que ali ocupava esse posto nos mostra a naturalização deste tipo de prática em muitas famílias brasileiras que se ancoram nessas relações de “afetos” construídas entre si. Ao mesmo tempo, percebemos uma maior responsabilidade por também ter sido conduzida a assumir tarefas domésticas.

Quanto às entrevistas extraídas da tese de Smith-Santos (2019), uma das interlocutoras participantes da pesquisa foi D. Jesus, mulher negra de 81 anos, separada, com dois filhos e hoje vive sozinha. Conta com a ajuda de sua vizinha, que também é idosa, em caso de emergência; seu filho reside em Breves, mas já é casado. Identificamos que sua trajetória de vida foi constituída de muitos deslocamentos: os motivos são variados, em busca de trabalho quando jovem. Ao todo, fez nove deslocamentos em busca de educação e trabalho, ou devido ter se casado. Sua primeira experiência de trabalho ocorreu quando se mudou para a casa da sua madrinha, em Belém, em torno dos seus 8 anos de idade. Inicialmente, a intenção era estudar, porém, aos poucos foi obrigada a realizar tarefas domésticas. Na ocasião, não foi matriculada em uma escola, só assistia aula particular, o que a ajudou apenas aprender a escrever seu nome. A mãe de sua madrinha era quem mais fazia pressão para não permitir seu estudo, uma vez que a ensinaria a escrever cartas para possíveis namorados.

O emprego doméstico, em muitos casos, é a solução para algumas famílias em vulnerabilidade social que não tem como promover o sustento dos filhos; daí, o recurso seria enviar suas filhas às famílias abastadas, a fim de ter um lar para morar e poder se alimentar; porém, tais famílias encaram este arranjo como uma facilidade para conseguir mão de obra barata e submissa. A subserviência vem muito dos vínculos de possível parentesco que estas meninas têm juntos de seus patrões/parentes. Smith-Santos (2019, p. 174) cita Sabóia (2000, p. 3):

No mundo todo, milhões de crianças trabalham na obscuridade de casas fechadas, como empregadas domésticas. O trabalho doméstico é uma das formas de exploração mais difundidas e menos pesquisadas, envolvendo muitos riscos para as crianças. De cada dez, nove são meninas, presas em um ciclo de tarefas extenuantes, praticamente, em regime de escravidão. Há crianças trabalhando como domésticas na África, na Ásia, na América Latina, no Oriente Médio e em regiões do sul da Europa.

A naturalização da ideia de que à mulher cabe o trabalho no lar tem perdurado por longos anos e continua fazendo com que meninas, em âmbito nacional e internacional, sejam ensinadas a darem continuidade aos serviços domésticos. Elas são condicionadas a aprenderem inúmeras tarefas desde cedo, bem como são conformadas a agirem de forma a subordinar-se, principalmente quando moram no lar em que trabalham.

Ainda nos direcionando à questão do trabalho doméstico, notamos que Martins, Luz e Carvalho (2010, p. 2), alicerçados em Bourdieu (1995), ressaltam que a “dominação masculina e a submissão feminina foram construções sociais que se naturalizaram”, como resultantes de uma transposição de diferenças sexuais biológicas em diferenças sociais (p. 2). Nesse sentido, o quadro que relega às mulheres as tarefas domésticas tem por base “relações de poder assimétricas” entre os gêneros. Evidencia-se, então, a “reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho” no que permanecem parâmetros laborais retrógrados (MARTINS; LUZ; CARVALHO, 2010, p. 3).

O processo de envelhecimento em nosso tempo histórico, infelizmente, não é devidamente compreendido por grande parte da sociedade. Junto a isso, há uma série de discriminações, bem como estereótipos e estigmas sobre a figura dos mais velhos. Brunnet *et al.* (2013, p. 101) anotam que a fase da velhice ainda é socialmente visualizada como sinônimo de “decadência física, perda de papéis sociais e com a associação de outras imagens culturalmente negativas, como o comprometimento cognitivo, o deterioramento emocional e o empobrecimento econômico”. Por vezes, ocorre de a visão negativa carregada pelo senso comum sobre o que é ser idoso(a) exercer influência na visão que os próprios sujeitos da terceira idade têm de si mesmos, acreditando numa suposta invalidez que o mundo do trabalho moderno aponta nas idades mais avançadas. Ouvindo o que tiveram a dizer as interlocutoras de nossa pesquisa, pudemos refletir sobre estas considerações. O relato de D. Jesus chega a ser tocante sobre o significado do envelhecimento em sua vida:

A velhice para mim, eu acho assim, é uma doença. É porque eu tenho vontade de fazer as coisas, hoje em dia tudo é pago, porque antes quando eu estava mais nova eu roçava o meu quintal, eu limpava, queimava lixo, fazia tudo. Agora eu não posso mais porque dói o meu braço. O osso da gente fica frágil, a gente quer pegar um peso assim, mas não dá para arriar, o meu principalmente, eu acho. E tem dia que a gente amanhece fraca [ênfase na palavra]. Hoje em dia eu amanheço e digo: “Oh meu Deus, me dê força, coragem, disposição para eu viver a minha vida, até o dia que eu deva viver. Não me deixe esmorecer, não me deixe perder a memória” [termina o tom de oração], que eu tenho medo assim de perder a memória. Esquecida eu sou um pouco, mas tem gente que perde a memória, eu não quero ser assim. Se for para ficar assim, Deus que sabe, eu entrego não mãos d’Ele. Eu sempre digo, a velhice para mim é doença, porque se fosse ficar velho e ficasse forte para fazer tudo o que quisesse, mas a gente fica frágil [dá ênfase nessa palavra]. Muitas vezes já fica esperando que os outros façam para ti. Eu subia na caixa d’água, limpava, lavava, hoje em dia eu não posso mais [lamenta], quem faz é meu neto (D. JESUS, 2018 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 62).

A modernidade, que tem como um de seus pressupostos os constantes rearranjos e reconfigurações, exigindo que os sujeitos estejam continuamente se adequando a novos padrões, sobretudo no que diz respeito a processos produtivos, emprega uma supervalorização da faixa etária jovem em detrimento da velhice, pois a primeira é, em senso comum, entendida como estrita indicadora de produtividade, enquanto a segunda permanece sendo associada à dependência, descartabilidade e à ausência da realização de papéis sociais requeridos pela lógica ocidental do mercado.

Na narrativa de D. Jesus, aparece uma preocupação com o estado da velhice, associada à questão da perda de suas forças e, até mesmo, a ansiedade em preservar as suas faculdades mentais e continuar sendo ativa para ser independente. Acreditamos que isso possa ser explicado pelo fato desta idosa residir sozinha desde o casamento de seu filho, uma vez que é separada do esposo, quando seus filhos ainda estavam pequenos.

A etnografia realizada para a pesquisa de Smith-Santos (2019) nos fez conhecer também D. Rosa, idosa negra de 72 anos. Vive em um bairro de periferia, mora com seu esposo de 89 anos que tem deficiência visual. Esta senhora cuida sozinha dele, apesar de residir ao lado de seus filhos. Nas visitas realizadas em sua residência, foi possível identificar o cuidado redobrado que esta senhora tinha que ter com seu marido, apesar de sua idade.

Um exemplo do retrato do descaso, ou mesmo, silenciamento vivido por D. Rosa, é o fato de ser analfabeta, porém não se sente em condições de aprender a ler, como é retratado na seguinte narrativa:

eu quero aprender a ler, mas é que ainda não consegui. Minha mana eu conheço todo o tipo de letra, mas eu tenho medo de juntar e não dar certo. O meu nome eu sei escrever sim, eu fico reinando⁷ porque é que eu conheço as letras, mas não sei juntar (D. ROSA, 2017, *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 240).

Sua dificuldade em ler é externalizada nessa narrativa, na qual procura explicar que essa dificuldade está associada ao fato de ter sido a irmã mais velha e, por tal razão, recebia a responsabilidade de, desde criança, cuidar dos irmãos mais novos. Ao sair da infância, assumiu um trabalho doméstico na adolescência, e, ao mesmo tempo, seu pai de criação via como desnecessário aprender a ler por ter risco de escrever cartas para namorado.

Entretanto, um fator alarmante quanto à dificuldade de aprendizagem diz respeito aos anos já vividos participando do CRAS, porém não houve um resultado efetivo para sua vida. Levando em consideração o que foi observado em campo, a idosa provavelmente vai continuar tendo dificuldades de aprender, e esse quadro só poderia mudar se a gestão municipal se empenhasse em destinar profissionais capacitados para atender a demanda desses idosos, o que não tem ocorrido atualmente no município de Breves.

A construção do modelo de sociedade moderno-ocidental apenas reforça a característica de considerar infância e juventude como fases majoritariamente, ou mesmo, exclusivamente propícias a estarem participando do ambiente escolar. Peres (2011, p. 631), evocando Philippe Ariès (1981), pontua que “o surgimento da sociedade moderna industrial e a universalização da educação escolar seriam os principais determinantes da delimitação da infância como fase diferenciada da vida adulta”. Assim, nossa educação visa formar aquele que, no futuro, será o trabalhador considerado produtivo, e, portanto, adotou métodos adaptados às idades iniciais, num projeto que alijou fortemente a pessoa idosa – a qual não era mão de obra interessante à produção – do acesso à educação, por estarem próximos ou já acessando a aposentadoria.

Pensar uma educação voltada ao idoso seria “desperdício” a partir da visão capitalista, o que explica a falta de uma educação específica para a pessoa idosa no atual contexto. Peres (2011) ainda destaca o surgimento de educação para adultos como derivada da necessidade de especializar a classe operária, que portava modos de trabalho considerados primitivos e ignorantes pela lógica do moderno ocidental ligada ao trabalho, tornando possível visualizarmos a relação com a colonialidade nos âmbitos da educação e o trabalho da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que aqui apresentado teve por objetivo desenvolver uma pesquisa sobre as experiências de mulheres marajoaras da terceira idade, buscando, por meio da análise de relatos, memórias e lembranças, suscitar um debate teórico que fosse capaz de alcançar o pensamento decolonial, suas ramificações quanto ao recorte de gênero, bem como discussões a respeito dos espaços ocupados por tais mulheres na sociedade e sua relação com as políticas públicas do lugar de vivência.

⁷ Segundo o dicionário *Papa Chibé*, *reinar* significa irritar, porém o termo empregado pela interlocutora pode estar relacionado a pensar. Cf: <https://artepapaxibe.wordpress.com/dicionario>.

Nesse sentido, procuramos traçar elos nas intersecções das relações de gênero com dimensões étnico-raciais, subalternidade e relações de poder, bem como a dominação, que recaem sobre a mulher na contemporaneidade. Este cenário desigual é lido como consequência do processo de construção da Modernidade, que traz consigo, na leitura dos pensadores que nos embasaram aqui, a Colonialidade, a qual sobrevive até hoje e se manifesta de diversas formas. Recorrer a pensadoras feministas decoloniais foi crucial, visto que elas realizam uma abertura teórica para eixos antes não explorados por tais estudos, dando novas perspectivas para visualizarmos os processos que fundam a estrutura social hoje.

A importância de se debater sobre gênero, cidadania, raça e envelhecimento é dar visibilidade à discussão sobre grupos sociais que historicamente sofreram e, ainda hoje, sofrem um expressivo conjunto de opressões e violações, que incluem também o acesso aos direitos. Com este ensaio, buscamos pontuar sobre o papel da modernidade como uma tendência a promover a invisibilização através da aplicação de concepções isoladas no que tange aos diferentes grupos, como, por exemplo, tratar sobre as questões de gênero pretendendo uma falsa universalidade da figura feminina, ignorando os aspectos étnico-raciais e, especialmente, o aspecto da geração, que nas abordagens dos trabalhos científicos que discutem sobre representatividade, cidadania e direitos ainda configuram uma certa lacuna a ser preenchida.

Nesse sentido, o que visamos com esta pesquisa foi traçar rumos que possam conectar os eixos aqui citados, mesmo que de maneira prematura, para uma melhor compreensão, sobretudo, no espaço da Amazônia Marajoara. Pudemos, portanto, iniciar uma reflexão sobre qual é o lugar social dado ao idoso na modernidade, considerando gênero, raça, classe, relações intergeracionais, saberes e modos de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Regiane R.; MASO, Tchella F. Possíveis contribuições de Aníbal Quijano para as relações Internacionais. In: ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais do ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. *Anais...* UFGD, 2014.

BILAC, Doriane Braga Nunes. *Envelhecimento e políticas compensatórias: o benefício de prestação continuada no município de Palmas, Tocantins*. 2014. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRUNET, Alice Einloft *et. al.* Práticas sociais e significados do envelhecimento para mulheres idosas. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 99-109, jul. 2013.

DIAS, Letícia Otero. O feminismo decolonial de María Lugones. In: ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais do ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. *Anais...* UFGD, 2014. p. 1-16.

FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. Cartografias do envelhecimento em contexto rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2019.

- GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.
- MARTINS, Conceição Garcia; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de gênero no trabalho doméstico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...*, 2010. p. 1-10.
- MATTEI, Rejane Esther Vieira. O Estado e a modernidade no século XXI: uma análise do modelo de Estado e das políticas públicas no Brasil. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, SP, v. 12, n. 22, p. 111-126, jan./jun. 2012.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.
- MOTTA, Alda Britto da. As velhas também. *Ex aqueo*, Vila Franca de Xira, n. 23, p. 13-21, 2011.
- NERI, Isabell Theresa Tavares; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Interculturalidade Crítica: aprender a decolonizar a educação com saberes de mulheres ribeirinhas da Amazônia. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 655-678, out. 2018 / jan. 2019.
- NUNES-ROCHA, Lourdes de Maria Leitão. Entrevista especial com Lourdes Maria Bandeira: feminismo, relações de gênero, étnico-raciais e geracionais e políticas públicas para as mulheres. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 14, n. 1, p. 147-151, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, Solange. A luta pelos direitos e as políticas públicas para as mulheres no Pará. In: COSTA, Delaine Martins; AZEVEDO, Patrícia; SOUZA, Rosimere de (Orgs.). *Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram*. Rio de Janeiro: IBAM, 2012. p. 121-144.
- DE PAULA, Marcos Ferreira. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 262-280, jun. 2016.
- PEREIRA, Marie-Anne Stival; LOZANO, Leal. Um olhar de gênero e de geração nos universos rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 589-592, ago. 2012.
- PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 631-662, set./dez. 2011.
- RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, SC: Ed. Mulheres, 2010. p. 367-390.
- SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: _____; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, SC: Ed. Mulheres, 2010. p. 15-33.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES [on-line]*, n. 18, p. 106-131, 2012.



SILVEIRA, Luciana; NADER, Maria Beatriz. Envelhecimento e gênero: construções sociais que orientam práticas violentas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014. Rio de Janeiro. *Anais...* ANPUH-RIO, 2014. p. 1-9.

SMITH-SANTOS, Ana Maria. *Mulheres idosas entre bordas e agências: migração, política pública de assistência social e sociabilidade (Marajó-PA)*. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

